
MARXISMO E PÓS-MARXISMO: UM DIÁLOGO EM TORNO DAS CLASSES SOCIAIS

Diane Southier¹

1. INTRODUÇÃO

A ideia deste artigo é estabelecer um diálogo entre o marxismo e o pós-marxismo que seja orientado pela discussão em torno da categoria de classe social. Para isso, é importante discutir, em linhas gerais, de que maneira se constrói o pós-marxismo em Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, e demonstrar sua referência marxista em Gramsci. A partir disso, e após expor alguns dos conceitos dessa linha teórica, é que se faz possível avaliar como a categoria de classe social é entendida por Laclau e Mouffe.

A abordagem da temática move-se entre os sistemas de pensamento, do marxismo ao pós-marxismo, e o conceito de classe social que, de uma forma ou outra, perpassa os dois sistemas, como uma “ideia-unidade”, algo parecido com a proposta de Robert Nisbet em *The Sociological Tradition* (1970). A classe é uma ideia-unidade que, entre outras, fornece uma substância constitutiva à sociologia, mesmo com as diferenças entre os pensadores ao longo da história da disciplina. Nesse sentido, apesar da grande disparidade no tratamento do conceito de classe, veremos como essa ideia-unidade é algo que oferece um instrumento de diálogo entre os dois sistemas de pensamento e ajuda a entender qual o movimento de um sistema ao outro.

Articulada à análise teórica, se torna interessante uma breve discussão sobre o projeto político do pós-marxismo, de democracia radical e plural, e a importância da

¹ Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestranda em Sociologia Política na mesma instituição. Bolsista CAPES. Contato: diane.southier@gmail.com

tradição marxista e a herança de seu “espírito crítico”. A discussão em torno dessa herança crítica será feita com base em Derrida e seu *Espectros de Marx* (1994).

Para começar, é importante localizar o surgimento da teorização de Laclau e Mouffe no seio da crise do marxismo a partir da década de 1970. Havia uma crescente dificuldade de adequar as categorias teóricas marxistas às transformações do capitalismo, frente, por exemplo, à fragmentação das classes sociais e à consequente dificuldade de articulação entre os agentes. Diferente das atitudes ortodoxas de parte dos teóricos marxistas naquela época, Laclau e Mouffe (2001[1985]), conforme explicam no prefácio à segunda edição de *Hegemony and Socialist Strategy*², procederam em direção a uma reativação que mostrasse “a contingência original da síntese que as categorias marxianas tentaram estabelecer” (LACLAU; MOUFFE, 2001, p.viii). Nesse sentido, no lugar de lidar com noções como classe, por exemplo, eles questionaram sua continuidade ou descontinuidade no capitalismo contemporâneo; as categorias centrais da teoria marxista teriam que ser desconstruídas à luz de novos problemas.

Muitos assuntos e antagonismos sociais contemporâneos pertencem a campos de discursividade que são externos ao marxismo, não podendo ser conceituados nos termos de suas categorias, além de que a própria presença desses antagonismos questiona o marxismo como um sistema teórico fechado e postula novas diretrizes para a análise social. Dessa forma, o pós-marxismo de Laclau e Mouffe (2001, p.ix) é “o processo de reapropriação de uma tradição intelectual, bem como o processo de ir além dela”. Veremos minimamente como se dá essa “reapropriação” e o que define “ir além”, dois movimentos conectados, no sentido das possibilidades abertas pelo campo original em articulação com orientações teóricas externas a ele.

No que se refere, em parte, ao “ir além” da tradição marxista, é muito importante ao menos mencionar que o trabalho de Laclau e Mouffe se articula às três principais correntes intelectuais do século XX: a filosofia analítica, com o trabalho do último Wittgenstein; a fenomenologia, com a analítica existencial de Heidegger; e o

2 Todas as citações diretas de textos em língua estrangeira são traduções minhas.

estruturalismo, com a crítica pós-estruturalista do signo. O pós-estruturalismo é onde encontram a principal fonte para sua reflexão teórica, com as noções de desconstrução e indecidibilidade e a ênfase antiessencialista, em Derrida, e com a psicanálise lacaniana e sua categoria de “*point de capiton*”, que em Laclau e Mouffe vira “ponto nodal”.

2. A CONSTRUÇÃO DO PÓS-MARXISMO E SUA TEORIA DE ANÁLISE DO SOCIAL

Hegemony and Socialist Strategy mostra como a categoria de *hegemonia* foi, originalmente, elaborada pelos socialdemocratas russos como uma tentativa de abordar a intervenção política contingente exigida pela “crise” num suposto desenvolvimento histórico normal, intervenção esta que era possível no deslocamento estrutural entre tarefas democráticas e sujeitos de classe, resultante do desenvolvimento tardio do capitalismo na Rússia, ou seja, diante de um suposto desenvolvimento insuficiente da burguesia russa, a classe operária tinha que assumir tarefas que não eram suas. Essa situação anômala foi chamada “hegemonia”.

Depois, com Lênin, a noção trotskista de “desenvolvimento combinado e desigual” estendeu o conceito às condições gerais da política no contexto da era imperialista e a hegemonia foi entendida como “aliança de classes”, entre diversos grupos sociais liderados pela classe operária, sendo que essa articulação não modificava as identidades das partes envolvidas.

Com Gramsci, finalmente, os atores históricos deixam de ser apenas atores de classes, e passam a constituir “vontades coletivas”, uma vez que a dimensão hegemônica foi considerada constitutiva da subjetividade dos atores históricos. Com a noção de “vontade coletiva”, começa a se dissolver o essencialismo de classe das identidades dos agentes sociais. Sendo assim, Gramsci é o ponto mais alto nessa trajetória de expansão da lógica da contingência, que subverte a categoria de necessidade histórica (pedra angular do

marxismo clássico), e o conceito de hegemonia emerge para compreender a unidade numa formação social concreta, ou seja, como os atores políticos chegam a se unir politicamente em torno de uma liderança “intelectual e moral”.

Portanto, no que se refere à “reapropriação” da tradição marxista, esta se dá, principalmente, através do conceito gramsciano de *hegemonia*. Para o filósofo italiano, a plenitude da identidade de classe do marxismo deveria ser substituída por identidades hegemônicas constituídas através de práticas políticas, econômicas e ideológicas específicas. Nada haveria de automático na “unidade de classe”, portanto uma categoria complexa e que deveria ser criada politicamente.

Na exposição de Gramsci (2000 [1932-1934], p. 40-42) sobre as “relações de força”, distinguem-se analiticamente três momentos da formação das consciências coletivas. O primeiro é o estágio “econômico-corporativo” em que grupos profissionais reconhecem interesses em comum: um fabricante sente que deve ser solidário com outro fabricante, por exemplo, um comerciante com outro comerciante, etc., mas ainda não desenvolvem uma solidariedade de classe mais ampla. O segundo momento é o do “corporativismo de classe”, do desenvolvimento da solidariedade dos interesses de classe, mas apenas no campo econômico. Nesse momento, o comerciante, por exemplo, entende que faz parte de uma classe com o fabricante; o operário metalúrgico se solidariza com o operário da construção, mas permanecem na fase sindical, sem seguir para a fase política, pois os grupos ainda não se projetam à esfera estatal para a condução política da sociedade. Entretanto, já há um corte antagônico para a instauração de identidades. O terceiro momento é o da “hegemonia” de um grupo social fundamental, em que se constrói um projeto societário que congrega uma “vontade coletiva”, supera-se o limite corporativo da solidariedade puramente econômica, e o grupo dominante é coordenado com os interesses gerais dos grupos subordinados. Esse estágio é o da “passagem da estrutura para a esfera das superestruturas”, onde as lutas passam a ocorrer. A hegemonia, aí, é uma relação complexa entre coerção, direção moral, política e cultural, de maneira a gerar um consentimento ativo por parte dos grupos subordinados. Seriam períodos históricos de

relativa estabilidade, de “equilíbrios instáveis”.

Essa elaboração gramsciana pretendia dar conta das necessidades de articulações políticas entre os grupos subalternos para que o proletariado se tornasse a classe “dirigente”. Nesse ponto, é interessante ao menos mencionar a importância do papel do partido e dos intelectuais (GRAMSCI, 2001 [1932]) na passagem da classe em si à classe para si, o que indica a articulação classista como uma construção política, diferente do mecanicismo e do economicismo das análises vulgares dominantes no tempo de Gramsci, contra as quais ele direciona suas reflexões. Na visão gramsciana, portanto, a classe se constrói no processo mesmo de constituição da vontade coletiva.

Entretanto, Gramsci não supera totalmente o essencialismo marxista, porque mantém a ideia do caráter determinante da economia, reafirmando a posição de Engels de que “a economia só em ‘última análise’ é o motor da história”:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 2000, p.48-49).

Nesse sentido, Gramsci afirma a posição privilegiada das classes sociais fundamentais – burguesia e proletariado – na articulação de projetos hegemônicos. Segundo Laclau e Mouffe (2001, p.69),

A base econômica pode não assegurar a vitória final da classe operária, uma vez que depende da capacidade de liderança hegemônica dessa classe. No entanto, uma falha na hegemonia da classe operária só pode ser seguida por uma reconstituição da hegemonia burguesa, de modo que, no final, a luta política ainda é um jogo de soma zero entre as classes. Este é o núcleo essencialista que continua a estar presente no pensamento de Gramsci, estabelecendo um limite à lógica desconstrutiva da hegemonia. Afirmar, no entanto, que a hegemonia deve sempre corresponder a uma classe econômica fundamental não é apenas reafirmar

a determinação em última instância pela economia; também é predicar que, na medida em que a economia constitui um limite intransponível para as potencialidades da sociedade para recomposição hegemônica, a lógica constitutiva do espaço econômico não é, em si, hegemônica.

Há, portanto, uma ambiguidade no pensamento gramsciano, pois a centralidade da classe operária é histórica e contingente, requer que a classe transforme sua identidade ao articular-se a outras lutas e demandas sociais, mas esse papel articulatório parece ser atribuído à classe por meio da base econômica e, por isso, aquela centralidade adquire um caráter necessário.

Laclau e Mouffe pretendem romper com o paradigma economicista, com a concepção essencialista da estruturação do espaço econômico, e defender que o campo econômico não é um espaço autorregulado sujeito a leis endógenas, que não existe qualquer princípio constitutivo dos agentes sociais que possa ser fixado em um núcleo de classe último, pois a lógica da hegemonia, como uma lógica da contingência e da articulação, torna-se a própria identidade dos sujeitos econômicos. Veremos como isso se dá.

Os autores ressaltam, portanto, que o pensamento de Gramsci constitui apenas um momento na desconstrução do essencialismo marxista, em relação à determinação da economia e do caráter de classe necessário dos agentes articuladores da hegemonia. O objetivo dos autores em *Hegemony* é preencher as lacunas do marxismo clássico, partindo de uma reflexão que tem como princípio as ideias de Gramsci e indo além delas.

A abordagem de Laclau e Mouffe privilegia o momento da *articulação* política e uma das categorias centrais de sua análise é a de hegemonia. A condição de uma relação hegemônica “é a de uma força social *particular* que assume a representação de uma *totalidade* que é radicalmente incomensurável a ela. Tal forma de ‘universalidade hegemônica’ é a única universalidade que uma comunidade política pode alcançar” (LACLAU; MOUFFE, 2001, p.x). Além disso, para se ter hegemonia, deve-se considerar elementos que não estão predeterminados a participar de um tipo de arranjo ou outro e que, ainda assim, se aglutinam em decorrência de uma prática articulatória.

Para falar em articulação, eles recusam o modelo de sociedade como totalidade

fundante dos processos parciais – leis internas ou um princípio subjacente. Em contraposição, consideram o caráter aberto e incompleto do social como condição para toda prática hegemônica. Definem a articulação como “toda prática que estabelece uma relação tal entre elementos que a identidade destes resulta modificada como resultado dessa prática”. “A totalidade estruturada resultante da prática articulatória” é o que chamam de *discurso* (LACLAU; MOUFFE, 2001, p.105). Dentro de um discurso, as posições diferenciais que aparecem articuladas são chamadas *momentos*. Já os *elementos* são as diferenças que não aparecem discursivamente articuladas. Importante enfatizar que, numa formação discursiva, a transformação de elementos em momentos jamais é completa, o que sugere uma tensão permanente e nunca resolvida, de maneira que as diferenças articuladas permanecem num espaço intermediário entre momentos e elementos. Nesse sentido, nenhuma identidade que se pretenda plena e fixada está protegida de um exterior discurso que venha a deformá-la, impedindo-a de tornar-se totalmente fechada. As identidades são puramente relacionais, de maneira que sua constituição plena é impossível (LACLAU; MOUFFE, 2001).

A categoria de discurso diz respeito ao fato de que toda configuração social é uma configuração significativa; discurso é um sistema de relações que dá sentido a um objeto. Todo acontecimento ou objeto físico só tem significado dentro de um sistema de relações. Nesse sentido, o discurso é uma totalidade que inclui tanto o linguístico quanto o extralinguístico e esta noção, portanto, não relaciona-se exclusiva ou primariamente à fala ou à escrita, pois envolve a produção social de significados (LACLAU; MOUFFE, 1993; BURITY, 1997; LACLAU; MOUFFE, 2001; LACLAU, 2011a). “Não há possibilidade de qualquer separação estrita entre significação e ação. Mesmo a mais puramente constativa das afirmações tem uma dimensão performática, e, no sentido contrário, não há ação que não esteja imbuída na significação” (LACLAU, 2011a, p.199).

Laclau e Mouffe utilizam aí uma concepção de formação discursiva que é muito próxima à elaborada por Foucault (de regularidade na dispersão), mas se distanciam dele frente à distinção entre práticas discursivas e não discursivas, ao considerarem que todo

objeto se constitui como um objeto de discurso, pois que nenhum se dá à margem das superfícies discursivas de emergência (LACLAU; MOUFFE, 2001).

Apesar da impossibilidade de uma fixação última de sentido aos elementos, deve haver pelo menos fixações parciais, dizem os autores, caso contrário o fluxo de diferenças seria impossível. O social só existe como esforço para produzir esse objeto impossível, de fixação plena, através de fixações parciais de sentido. Desse modo, “todo discurso se constitui com o intuito de dominar o campo da discursividade, de deter o fluxo das diferenças e constituir um centro” (LACLAU; MOUFFE, 2001, p.112). Os pontos discursivos privilegiados desta fixação parcial de sentido são chamados *pontos nodais*. A prática da articulação consiste, portanto, no caráter parcial dessa fixação e os discursos vão lutar para tentar estabelecer “verdades”, sempre precárias e contingentes. “O caráter parcial dessa fixação procede da abertura do social, resultante, por sua vez, do constante extravasamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade” (LACLAU; MOUFFE, 2001, p.113).

Na nova abordagem do conceito de hegemonia, a noção de *antagonismo* também desempenha um papel central, pois a especificidade de uma prática articulatória hegemônica é dada em seu confronto com outra prática articulatória de caráter antagônico. Em *Hegemony*, o antagonismo³ é visto como o limite da significação de um determinado discurso ou identidade, limitados pela existência de um corte antagônico. “A relação antagônica não surge de totalidades plenas, mas da impossibilidade de sua constituição” (LACLAU; MOUFFE, 2001, p.125). “B” é o exterior constitutivo de “A”, a presença de um nega a presença do outro, donde surge o antagonismo (LACLAU, 1993). Diante disso, toda

3 Esse status do antagonismo foi complementado em um trabalho posterior de Laclau (*Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*, 1993 [1990]), com a noção de *deslocamento*. Passou-se a considerar uma relação entre os termos do antagonismo que não é de simples oposição, mas uma relação em que há troca de sentidos entre eles. “... toda identidade é deslocada na medida em que depende de um exterior que, uma vez que a nega, é sua condição de possibilidade” (LACLAU, 1993, p.55). “[... existe] uma ambiguidade inerente a todas as formas de oposição radical: a oposição, para ser radical, tem de colocar no mesmo terreno tanto o que ela afirma quanto o que exclui, de modo que a exclusão se torna uma forma particular de afirmação. [...] Não há qualquer solução direta para o paradoxo de se negar radicalmente um sistema de poder enquanto se permanece em oculta dependência dele. [...] a rejeição do outro não é eliminação radical, mas uma renegociação constante das formas de sua presença” (LACLAU, 2011b, p.59-60).

forma de “consenso” é resultante de uma articulação hegemônica que se desenvolve a partir do enfrentamento com práticas articulatórias antagônicas, condição para se falar de hegemonia, um campo cercado por antagonismos e que supõe fenômenos de equivalência e efeitos de fronteira entre grupos sociais. Toda articulação hegemônica pressupõe, portanto, forças antagônicas e a instabilidade das fronteiras que as separam (LACLAU; MOUFFE, 2001).

Estas forças antagônicas e a instabilidade entre elas são discursivamente construídas através das lógicas da *diferença* e da *equivalência*. A primeira refere-se a uma expansão, a um aumento da complexidade do espaço político e a segunda é uma simplificação desse mesmo espaço. Obviamente, não existe a possibilidade de que uma ou outra dominem completamente os espaços sociais. Existe uma ambiguidade em toda relação de equivalência, pois para dois termos serem considerados equivalentes, eles devem ser também diferentes, caso contrário estaríamos falando apenas de uma simples identidade entre os termos. Por outro lado, “a equivalência só existe através de um ato de subversão do caráter diferencial dos termos” (LACLAU; MOUFFE, 2001, p.128). E toda posição num sistema de diferenças, à medida que seja negada por algo exterior a ela, pode se tornar *locus* de um antagonismo. Em um contexto de relações sociais muito instáveis, as tentativas de constituição de sistemas de diferenças definitivos terão pouco sucesso, de maneira que os antagonismos podem se proliferar, o que torna ainda mais difícil a construção de qualquer centralidade e o estabelecimento de cadeias de equivalências unificadas, algo parecido com a “crise orgânica” descrita por Gramsci.

A hegemonia aí é uma operação discursiva que busca articular demandas diferenciadas em uma rede de equivalência, ou seja, busca constituir a universalização de um discurso procurando fixar sentidos (LACLAU, 1998 *apud* PEREIRA, 2010). A categoria está, portanto, “imersa num contexto em que a noção de discurso é central” (MENDONÇA, 2007, p.250).

Um elemento decisivo para entendermos a idéia de hegemonia no contexto discursivo é que, não há como necessariamente estabelecermos previsões de quais

identidades políticas assumirão papéis de representação social, não há aqui a ‘segurança’ do projeto político marxista que previa que a identidade proletária assumiria as lideranças moral, intelectual e política da sociedade industrial. [...] Consensos sociais são possíveis, mas nunca eternos: podem futuramente ser desprezados e desrespeitados mesmo pelos próprios sujeitos políticos que outrora os celebraram (MENDONÇA, 2007, p. 250).

Nesse sentido, a relação hegemônica é uma tentativa de constituição de uma relação de ordem e o discurso hegemônico é essencialmente um discurso que aglutina, que sistematiza diferentes elementos, é uma unidade de diferenças (MENDONÇA, 2007). As relações hegemônicas são dependentes de “articulações políticas e não de entidades constituídas fora do campo político – tal como ‘interesses de classe’. De fato, são as articulações hegemônicas que criam os interesses que as entidades dizem representar” (LACLAU; MOUFFE, 2001, p.xi). O sucesso de qualquer projeto hegemônico, portanto, se manifesta na capacidade de articular em uma cadeia de equivalências várias lutas dispersas.

Como dito anteriormente, temos hegemonia quando uma força social *particular* assume a representação de uma “*totalidade*”, em termos de uma *universalidade relativa*, uma universalidade hegemônica. O universal aparece como um lugar vazio, como uma plenitude ausente que, ao mesmo tempo, remete à possibilidade de preenchimento, embora jamais alcançável. Este lugar vazio diz respeito ao fato de que sua ocupação não está predeterminada por nenhum conteúdo em específico, de maneira que qualquer demanda política, que chegue a desempenhar um papel hegemônico, pode constituir-se como uma representação de outras demandas que estejam articuladas em uma cadeia de equivalências. Nada há que predetermine a participação de um ou outro elemento num arranjo hegemônico. São as práticas articulatórias que constituem o arranjo. Estamos diante, portanto, de uma construção puramente política.

Numa operação hegemônica, as identidades das demandas articuladas e a da demanda que exerce o papel de representação são constantemente modificadas. Tais identidades/elementos chegam a participar de uma cadeia de equivalências articulando-se em torno de um ponto nodal, um sentido discursivo privilegiado, tudo isso constituindo um discurso. A articulação entre as identidades acontece por meio da negatividade proveniente

de um exterior constitutivo que ameaça a existência de tais identidades previamente desarticuladas. É o corte antagônico, portanto, um “discurso inimigo”, que constitui a possibilidade da formação discursiva e da representação do universal por um particular. A identidade que se torna a representante da cadeia equivalencial, ao articular diversas identidades, passa a se despir de seu conteúdo original, embora sem deixar de ser uma particularidade, e torna-se um *significante vazio* (LACLAU, 2011c; 2001), um ponto nodal que retém o deslizamento dos significados da formação discursiva e trabalha como um ponto de atração das identidades até então dispersas.

O *significante vazio* diz respeito à construção de uma identidade comum entre os momentos do discurso e de uma fronteira estável entre os campos antagônicos, pois é isso que permite o estabelecimento das cadeias de equivalência. Mas não é razoável pressupor que essa fronteira se mantém sempre estável, sem qualquer mudança, pois os que estão do outro lado da fronteira vão tentar desestabilizá-la, de maneira que as demandas articuladas vão sofrer uma pressão entre projetos hegemônicos rivais, a partir do momento em que o lado “inimigo” tentar absorver alguma dessas demandas hegemonicamente. Daí surgem os *significantes flutuantes* (LACLAU, 2013; 2006), cujo sentido, diz Laclau, está suspenso. Essa categoria, deste modo, tenta apreender a lógica dos deslocamentos da fronteira entre os dois campos, uma vez que construir uma identidade implica construir também a fronteira pressuposta por essa mesma identidade.

Por tudo isso, Laclau e Mouffe rompem com a subjetividade de classe concebida pelo marxismo, com a ideia do curso histórico do desenvolvimento capitalista e com a possibilidade de uma sociedade sem antagonismos, que, no marxismo, seria o comunismo. A partir disso, eles se situam claramente em um terreno *pós-marxista*. Mas seu projeto intelectual é, também, *pós-marxista*, no sentido de que a construção de seu conceito de hegemonia foi possível através do desenvolvimento de intuições dentro do marxismo, apesar da inibição de outras formas discursivas desse mesmo campo teórico. O marxismo, portanto, é *uma* das tradições através das quais Laclau e Mouffe constroem seu projeto teórico, mas é o ponto de partida, porque constitui seu passado, ao fazer parte de sua

formação enquanto intelectuais (LACLAU; MOUFFE, 2001).

Se se volta à tradição em busca de elementos para enfrentar os desafios do presente, não é porque ela possua a chave desses questionamentos, nem qualquer privilégio ontológico, epistemológico ou histórico, mas por uma questão de **compromisso ético** com o destino da tradição na qual se está situado [...]. O reconhecimento de que se está situado, de que é impossível não estar, e de que o lugar de onde começar é aqui mesmo, se articula ao elemento ético da relação entre tradição e o outro que a interroga. A possibilidade de que respostas semelhantes (mas não idênticas, ou mesmo comensuráveis) possam ser atingidas por discursos situados em outras tradições é irrecusável numa tal perspectiva (BURITY, 1997, p.5).

Além desse compromisso ético, situar-se numa tradição intelectual facilita o diálogo com os intelectuais que participam dela e com as outras tradições das ciências sociais. Os textos e as discussões de Marx e em torno dele, como clássicos para a sociologia e a ciência política, são símbolos que condensam vários tipos de compromissos. Quem quiser elaborar uma crítica ao capitalismo, por exemplo, tem que se reportar a Marx para estar seguro de que outras pessoas poderão acompanhar a análise, seja para criticá-la ou ser persuadida(o) por ela (ALEXANDER, 1999). Então, pode-se localizar Laclau e Mouffe no compromisso ético com sua tradição intelectual de origem também em sua atitude de facilitar o diálogo com interlocutores dessa tradição. Ao mesmo tempo, não se limitam a ela, interpretando o jogo entre presença e ausência em Marx e no marxismo, o jogo entre o que a interpretação dentro dessa tradição privilegia ou oculta (DERRIDA, 1981 *apud* ALEXANDER, 1999).

3. AS CLASSES

Já nas primeiras páginas do *Manifesto do Partido Comunista*, encontram-se as célebres frases:

A história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história da luta de classes. [...] opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição uns

aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta (MARX; ENGELS, 2008 [1848], p.45-46).

E, em nota de Engels à edição inglesa de 1888, a definição das *classes* no capitalismo:

Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, que são proprietários dos meios de produção social e empregam trabalho assalariado. Por proletário, a classe dos trabalhadores assalariados modernos, que, não tendo meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver (MARX; ENGELS, 2008, p.45).

Esta definição de classes não é de caráter analítico, pois as classes teriam uma localização precisa nas relações de produção capitalistas, enquanto compradoras ou vendedoras de força de trabalho, e essas relações seriam intrinsecamente antagônicas, de maneira que uma das características da sociedade burguesa seria a de ter simplificado os antagonismos de classe em dois polos cada vez mais bem definidos: burgueses e proletários. Neste cenário, a luta de classes atingiria um estado em que a classe explorada e oprimida só poderia acabar com essa situação de opressão se libertasse, ao mesmo tempo, toda a sociedade, e para sempre.

Laclau (1993, p.25-6) considera que as relações de produção não podem ser consideradas intrinsecamente antagônicas, pois apenas quando o operário *resiste* à exploração é que a relação passa a ser antagônica, “nada há na categoria de ‘vendedor de força de trabalho’ que sugira que essa resistência é uma conclusão lógica”. Mas uma vez que esta categoria esteja integrada a outras dimensões sociais que constituem os agentes, é possível imaginar o surgimento de uma grande variedade de antagonismos. Uma baixa de salários, por exemplo, que afeta a capacidade consumidora do agente – sua identidade enquanto consumidor – pode gerar um conflito que “não é interno às relações de produção (nas quais o trabalhador só conta como vendedor da força de trabalho), mas que tem lugar

entre as relações de produção e a identidade do trabalhador que é exterior a si mesma”. Além disso, todo agente está inserido em uma enorme diversidade de posições sociais que podem ser tão ou mais importantes para sua identidade que sua posição como “vendedor de força de trabalho”, entre elas, por exemplo, identidades que se constroem em torno de etnias, gêneros, nacionalidades, etc., e que também engendram antagonismos.

Para o marxismo clássico, a categoria de classe é um dado objetivo, necessário e uma priori de toda sociedade em que relações antagônicas existem. Para o pós-marxismo, essa categoria passa a ter “*condições de possibilidade*” que são, ao mesmo tempo, específicas e contingentes. As lutas operárias constituem apenas *uma* das posições de sujeito possíveis, entre outras que não tem necessariamente uma relação com as lutas que se desenrolam no nível da fábrica. Dessa forma, o pós-marxismo estabelece algo que é incompatível com a teoria marxista de classes e a própria categoria perde valor analítico no novo enfoque. Entretanto, a posição de Laclau não é a de que “classe” ou “luta de classes” sejam categorias que devam ser abandonadas, mas que devem ser historicizadas. Na época de Marx, a análise da luta de classes estava ajustada à realidade de uma sociedade, ainda em boa medida, de classes, embora ele se defrontasse com uma parcela da população que estava fora das relações de produção (o lumpemproletariado e a aristocracia financeira) (LACLAU, 1993; 2006; 2013).

Ainda hoje seria incorreto dizer que as classes sociais desapareceram, mas a sociedade contemporânea é muito menos classista, diz Laclau (1993), pois a unidade dos agentes, que participam do grupo em que se baseava a noção marxista de classe, é muito menor. Portanto, a categoria de classes sociais, tal como o marxismo a entendeu, é apenas uma das formas históricas capazes de estabelecer unidade entre os agentes sociais. Além disso, essa união não ocorre espontaneamente, como seria a transição da “classe em si” à “classe para si”. Os marxistas tentavam justificar a falta dessa transição espontânea como resultado de fatores sociais que “impediam” a formação da consciência de classe plena, tais como os meios de comunicação de massa, a burocracia sindical, as influências religiosas, etc. Entretanto, se a ideia de uma identidade essencial for abandonada, não poderemos

explicar a ausência da consciência de classe em termos dos fatores que bloqueiam sua emergência, pois essa consciência é apenas uma das identidades que podem chegar a se desenvolver num dado momento histórico, de maneira que a unidade em torno da classe social depende de condições históricas específicas e, portanto, não pode ser pensada em termos de teleologia (LACLAU, 1993).

Nesse sentido, a luta de classes não é a forma que, necessariamente, devem assumir todos os conflitos sociais, pois, como dito anteriormente, outras identidades, dependendo do contexto, é que podem vir a ser ameaçadas por um exterior constitutivo e, dessa forma, gerar antagonismos. Além disso, com o avanço da tecnologia e da desregulamentação econômica, por exemplo, a produção de bens passou a depender de cada vez menos trabalhadores, processo que se faz sentir com mais força no setor produtivo e que é compensado, em parte, pela ampliação do setor de serviços, de maneira que diminui o operariado e aumenta o contingente de pessoas trabalhando no terceiro setor. Este processo acompanha uma crescente concorrência entre trabalhadores, devido à insegurança quanto às condições de trabalho futuras, bem como uma segmentação entre eles, algo que constitui uma nova subjetividade que não tende à organização coletiva em torno do que, em termos marxistas, é considerado classe social.

As lutas feministas, por exemplo, ou as lutas antirracismo, ou de grupos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros), os diversos movimentos sociais, ou toda demanda social enquanto algo que o poder institucional nega, constituem identidades que se manifestam nos mais diversos contextos. Tais identidades podem vir a se articular a identidades de classe, mas nada há que predetermine a classe operária como o agente articulador das demandas sociais, principalmente no contexto do capitalismo contemporâneo.

O marxismo clássico se baseava na hipótese de que, sob o capitalismo, haveria uma simplificação da estrutura social cada vez maior, de modo que os camponeses e as classes médias se juntariam à massa proletária que enfrentaria a dominação burguesa, de maneira que a heterogeneidade se diluiria na homogeneidade. Na sociedade

contemporânea, contudo, uma forma de universalidade possível de pensarmos é a universalidade hegemônica que se constrói com a própria heterogeneidade, através de cadeias equivalenciais (LACLAU, 2006; 2013). Embora em Gramsci haja referência às “classes sociais fundamentais”, que nascem de sua função no mundo da produção econômica, a construção pós-marxista deve muito à elaboração gramsciana, no sentido de que já aí abrem-se os caminhos para, como já vimos, não se pensar a classe social como um dado objetivo, para não se pensar em termos de adesão automática das camadas subalternas ao proletariado na construção de outras relações sociais e que toda transformação social depende de uma multiplicidade de articulações entre diversos grupos sociais.

4. O PROJETO POLÍTICO DE LACLAU E MOUFFE

A nova formulação de hegemonia, com rejeição ao essencialismo marxista em Gramsci no que diz respeito à posição privilegiada de uma classe social fundamental e à determinação da economia em última instância, fornece a Laclau e Mouffe uma importante ferramenta para seu projeto político de democracia radical e plural. A hegemonia, aí, é um tipo de relação política, não um lugar determinado na topografia do social (LACLAU; MOUFFE, 2001). Numa formação social podem haver vários pontos nodais hegemônicos, alguns altamente sobredeterminados⁴, mas como o social é uma infinitude que não pode ser reduzida a um princípio unitário subjacente, a ideia de um centro do social não tem qualquer sentido. Portanto, qualquer transformação social radical dependeria de articulações, cadeias de equivalência, entre diversos grupos que passassem a ver sua situação de subordinação como uma situação de opressão e, a partir disso, construíssem

4 O conceito de sobredeterminação, de Freud a Althusser (1967), foi uma tentativa de construção teórica contra o conceito de determinação simples da dialética hegeliana. O caráter sobredeterminado das relações sociais implica que elas carecem de uma literalidade última que as reduziria a momentos necessários de uma lei imanente. Em Laclau e Mouffe, a dimensão sobredeterminada das identidades sociais se estabelece através de uma polissemia que desarticula as estruturas discursivas. “O campo das identidades que nunca conseguem ser plenamente fixadas é o campo da sobredeterminação” (LACLAU; MOUFFE, 2001, p.111).

canais para uma mudança que só poderia ser conquistada através de um projeto hegemônico.

Com a proliferação de antagonismos nas sociedades capitalistas contemporâneas (e a constituição de vários movimentos sociais, tais como o feminismo, ambientalismo, movimento negro, e LGBT, por exemplo), não há nenhuma garantia de que a classe operária seria o sujeito da mudança, pois não é a localização nas relações de produção que determina o sujeito revolucionário. Laclau e Mouffe consideram que é necessário pôr fim às relações capitalistas de produção, que são fonte de diversas relações de subordinação, e, por isso, qualquer projeto de democracia radical deve ter uma dimensão socialista, mas essa dimensão seria apenas *um* dos componentes do projeto democrático radical.

Essa proposta democrática foi melhor desenvolvida por Chantal Mouffe (1999; 2003; 2007), como “democracia agonista”, em trabalhos posteriores à sua parceria com Laclau. Ela critica o modelo deliberacionista de democracia, fruto das teorizações de Habermas e Rawls, que busca um consenso racional sem exclusão dos processos políticos, tentando reduzir o pluralismo de valores e escamotear a inerradicabilidade do antagonismo daí decorrente. Acontece que o poder é constitutivo das relações sociais, diz Mouffe, e, por isso, não é possível a realização de uma sociedade totalmente harmoniosa. O modelo deliberativo nega a ligação entre poder e legitimidade e a ordem hegemônica ao defender a pura racionalidade dos processos políticos.

Aí entra a diferenciação de Mouffe entre “o político” (*the political*) e “a política” (*the politics*), para sua proposta de democracia plural e agonista. O político refere-se ao antagonismo inerente às relações sociais, enquanto a política diz respeito ao conjunto de práticas, instituições e discursos que buscam organizar a experiência humana que se dá sempre em condições de conflito, afetada pelo caráter político das relações. A política, nesse sentido, seria a tentativa de domesticar o político, o antagonismo, transformando a experiência democrática numa experiência agonista.

Numa democracia agonista, seriam criadas condições para que os inimigos

(antagonismo) fossem vistos como adversários (agonismo) que, embora com visões de mundo diferentes, compartilhariam o princípio da democracia liberal: “liberdade e igualdade para todos”. O processo demandaria um certo consenso em torno das regras do jogo, mas o reconhecimento do pluralismo de valores tornaria legítimas as divergências sobre o que seria “liberdade e igualdade para todos”. A diferença dessa proposta em comparação ao modelo deliberacionista é que, ao não pensar a possibilidade de um consenso sem exclusão, ela valoriza a mobilização das paixões humanas em prol de fins democráticos. Reconhece-se a natureza conflitiva das relações humanas e, por isso, a necessidade de criar mecanismos que mobilizem as paixões dentro de regras democráticas. Mouffe considera que a ênfase no consenso leva à apatia quanto à participação política e isso pode resultar em posições coletivas que não podem ser manejadas pela democracia, como o recente reaparecimento de grupos de extrema direita na Europa.

Se se aceita, entretanto, que a implementação do princípio democrático seria sempre algo que geraria discordância, mas, em última instância, o resultado de uma articulação hegemônica, pode-se entender que todo “consenso” só existe provisoriamente, como resultado de uma certa hegemonia, portanto, a estabilização de um poder que acarreta, invariavelmente, alguma forma de exclusão. Nesse sentido, a política se dá através de projetos hegemônicos sempre temporários e quem quer que se proponha a um projeto dessa natureza deve buscar constituir articulações que não podem se limitar ao corporativismo, por exemplo, da classe operária, aí a importância da referência em Gramsci.

5. UM ARREIMATE...

*Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de diferentes maneiras; a questão,
porém, é transformá-lo.*

Marx, nas “Teses sobre Feuerbach”

Em que pese a dificuldade de separar a abordagem da filosofia política (o “dever ser” dos objetos) e a da sociologia política (os objetos “como eles são”), Laclau e Mouffe frequentemente misturam as duas abordagens, isto é, sua teoria de análise do social e sua filosofia política, como o mundo é e o que deveria ser feito para a conquista de sociedades “radicalmente democráticas e plurais”. Apesar das discrepâncias nas análises sociais e de como alcançar sociedades mais justas, esse elemento é, certamente, central na semelhança entre Marx, marxismo e pós-marxismo. “Os grandes sociólogos nunca deixaram de ser filósofos morais”, diz Nisbet (1970, p. 18), lembrando que as maiores ideias das ciências sociais têm, invariavelmente, um fundo de aspiração moral, e não há qualquer desmerecimento de cientificidade nisso.

Laclau e Mouffe não tratam Marx contra o marxismo, tendência que observava Derrida no início da década de 1990, uma tendência do academicismo reducionista, que tentava despolitizar a referência marxista, resgatando o “Marx filósofo” e tentando calar seu espírito de revolta, seu espírito crítico. Esse espírito e essa herança crítica são valorizados por Derrida (1994) e incorporados por Laclau e Mouffe.

Quando lê-se, por exemplo, “as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante”, pode-se remeter a um *discurso* dominante “e referir-se assim a um campo conflitual hierarquizado, sem necessariamente subscrever o conceito de classe social” (DERRIDA, 1994, p.81). “Não está vedado a uma crítica seletiva filtrar a herança desse enunciado para dele conservar isto e não aquilo”. É possível continuar falando de dominação em um campo de forças “suspendendo a referência a esse suporte último que seria a identidade e a identidade a si de uma classe social” (DERRIDA, 1994, p.81). Laclau e Mouffe vão além disso, e criam toda uma teoria de análise do social que mantém o espírito crítico de Marx e do marxismo e que está de acordo com o desconstrutivismo de Derrida, ao qual eles também recorrem para sua reformulação do conceito de hegemonia.

Em relação a este ponto, ainda, parece interessante a seguinte citação:

Continuar a inspirar-se em um certo espírito do marxismo seria permanecer fiel ao que sempre fez do marxismo, em princípio e primeiramente, uma crítica *radical*, a saber, um método pronto à sua autocrítica. Essa crítica se quer, em princípio e explicitamente, aberta sobre sua própria transformação, sua reavaliação e sua auto-reinterpretação. [...] Pois a desconstrução da ontologia marxista, digamo-lo como “bom marxista”, não denuncia apenas uma camada teórico especulativa do corpo marxista, mas tudo isto que o articula à história mais concreta dos aparelhos e das estratégias do movimento operário mundial [das Internacionais à “monstruosidade totalitária”] (DERRIDA, 1994, p.120-1).

Além desse espírito crítico, dessa postura questionadora, “se trata de uma certa afirmação emancipatória e *messiânica*, de uma certa experiência da promessa que se pode tentar liberar de todo dogmatismo e mesmo de toda determinação metafísico-religiosa, de todo *messianismo*” (DERRIDA, 1994, p.121). A proposta de democracia radical e plural, agonista, inscreve-se precisamente numa ideia da “democracia do porvir”, em acordo com Derrida, embora Laclau (2011*d*) discorde da noção clássica de “emancipação” ligada a essa ideia derridiana de democracia. Uma sociedade na qual os antagonismos tivessem desaparecido, uma sociedade do consenso sem coerção, além de ser uma impossibilidade, não seria uma sociedade livre, “a absoluta realização da democracia e seu desaparecimento completo são sinônimos” (LACLAU, 1993, p.183), pois, considerando o caráter constitutivo do antagonismo nas relações humanas, a democracia só existe no *movimento* pela eliminação de opressões sociais.

Com tudo isso, o que o pós-marxismo quer é relativizar e historicizar a teoria marxista, sem negá-la totalmente, para que se possa pensar outras possibilidades históricas diferentes das que são pensáveis dentro do marxismo. O problema das classes sociais esclarece, de maneira geral, a relação que há entre marxismo e pós-marxismo. Com a transição de um para o outro, essa categoria básica do marxismo que é a classe, assim como outras, é pensada dentro de uma vasta amplitude de articulações possíveis para a constituição dos agentes sociais em sujeitos históricos e, com isso, é possível ver que se aprofunda radicalmente a *historicidade* da análise social (LACLAU, 1993).

Se as pessoas fazem sua história a partir da herança que recebem (MARX, 2011 [1852]), isto não quer dizer que, necessariamente, a tradição de todas as gerações passadas

deva ser como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. Nesse sentido, o pós-marxismo tem como posição a de que se possa sempre interpretar o mundo de diferentes maneiras e, ao mesmo tempo, transformá-lo.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: UNESP, 1999.

ALTHUSSER, Louis. “Contradição e Sobredeterminação”. In: *Análise crítica da teoria marxista*. Trad. Dirceu Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

BURITY, Joanildo Albuquerque. Desconstrução, hegemonia e democracia: o pós-marxismo de Ernesto Laclau. In: GUEDES, Marco Aurélio. *Política e contemporaneidade no Brasil*. Recife: Bagaço, 1997. Disponível em: <bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/nabuco/joan7.rtf>. Acesso em: 01 mai. 2014.

DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional*. Trad. Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 13 (1932-1934). In: *Cadernos do cárcere*. Vol.3. Ed. e Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Caderno 12 (1932). In: *Cadernos do cárcere*. Vol.1. 2.ed. Ed. e Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LACLAU, Ernesto. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1993.

_____. Democracy and the question of power. *Constellations*, Blackwell Publishers, Oxford, Malden, vol. 8, n.1, 2001.

_____. Inclusão, exclusão e a construção de identidades. In: AMARAL JR., Aécio; BURITY, Joanildo Albuquerque. (orgs.). *Inclusão social identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social*. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. Articulação e os limites da metáfora. Trad. Teresa Dias Carneiro. In:

_____. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: UERJ, 2011a.

_____. Universalismo, particularismo e a questão da identidade. Trad. Joanildo A. Burity. In: *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: UERJ, 2011b.

_____. Por que os significantes vazios são importantes para a política? Trad. Maria de Lourdes Tura. In: *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: UERJ, 2011c.

_____. “O tempo está deslocado”. In: *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: UERJ, 2011d.

_____. *A razão populista*. Trad. Carlos Eugênio Marcondes Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Posmarxismo sin pedido de disculpas. In: LACLAU, E. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1993.

_____. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. 2 ed. London/New York: Verso, 2001.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Teses sobre Feuerbach*. Trad. Álvaro Pina. The Marxists Internet Archive. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>>. Acesso em: 4 ago. 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MOUFFE, Chantal. *El retorno de lo político: comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical*. Trad. Marco Aurélio Galmarini. Barcelona: Paidós, 1999.

_____. *La paradoja democrática*. Barcelona: Gedisa, 2003.

_____. “Introducción” e “La política y lo político”. In: *En torno a lo político*. Trad. Soledad Laclau. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

MENDONÇA, Daniel de. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, vol. 43, n.003, setembro/dezembro 2007, pp. 249-258. Disponível em:

<<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=93843307>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

NISBET, Robert. “The unit-ideas of Sociology”. In: *The sociological tradition*. Londres: Heinemann, 1970.

PEREIRA, Talita Vidal. A hegemonização do saber científico e o projeto educacional da modernidade. *Pensamento Plural*, Pelotas [06]: 123 - 145, janeiro/junho 2010.

MARXISMO E PÓS-MARXISMO: UM DIÁLOGO EM TORNO DAS CLASSES SOCIAIS

Resumo: O objetivo do artigo é estabelecer um diálogo entre marxismo e pós-marxismo, cujo fio condutor é o conceito de classe social. Discute-se o movimento de construção do pós-marxismo em Laclau e Mouffe, privilegiando sua referência em Gramsci. A maneira de abordar o tema move-se entre os sistemas de pensamento e o conceito de classe social aparece como uma “ideia-unidade”. Demonstra-se como o problema das classes sociais esclarece a relação que há entre marxismo e pós-marxismo. Em Laclau e Mouffe, a classe passa a ser pensada dentro de uma vasta amplitude de articulações possíveis para a constituição dos agentes sociais em sujeitos históricos. Por fim, almeja-se uma discussão sobre o projeto político do pós-marxismo, de democracia radical e plural, e a importância da tradição marxista e a herança de seu “espírito crítico”.

Palavras-chave: Marxismo. Pós-marxismo. Classes Sociais.

MARXISM AND POST-MARXISM: A DIALOGUE AROUND SOCIAL CLASSES

Abstract: The aim of the paper is to establish a dialogue between Marxism and post-Marxism, whose common thread is the concept of social class. We discuss the construction of post-Marxism in Laclau and Mouffe, focusing on Gramscian reference. The way to approach the subject moves between the systems of thought, and the concept of social class appears as an “unit-idea”. We show how the problem of social class clarifies the relation between Marxism and post-Marxism. In Laclau and Mouffe, the class is considered within a wide range of possible articulations to the constitution of social actors in historical subjects. Finally, we aim to a discussion of the political project of post-Marxism, radical and plural democracy, and the importance of the Marxist tradition and the heritage of its “critical spirit”.

Keywords: Marxism. Post-Marxism. Social Classes.

Recebido em: 12 de julho de 2014

Aceito para publicação em: 20 de Agosto de 2014